COMDEMA
CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE

GESTÃO 2023/2025

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA

LOCAL: Reunião virtual via aplicativo Google Meet

DATA: 11/06/2025

Em onze de junho de dois mil e vinte e cinco, às 14:00h, horário da primeira convocação, com 12 conselheiros presentes, foram abertos os trabalhos do Conselho de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA, em Reunião Ordinária, pelo Presidente Nivaldo Callegari, o qual deu início aos trabalhos de acordo com a pauta da convocação.

1. **Aprovação da Ata da 17ª RO realizada em 14/05/25** – Ata enviada para leitura previamente, não havendo alterações, **foi aprovada por unanimidade**.

2. **Informes da Mesa Diretora – a) – Grupo de whatsapp do COMDEMA –** O conselheiro Wagner falou com relação ao grupo do WhatsApp do Comdema que tem sido colocado muitos assuntos para discussão e não tem sido dado encaminhamento através de câmaras técnicas com a emissão de ofícios ou de propostas em reunião ordinária. Isso tem sido pouco produtivo no grupo de WhatsApp e não tem sido tratado com a devida institucionalidade, uma vez que são cadeiras da sociedade civil e do poder público que representam órgãos e entidades. Tem sido usado um tom pessoal e alguns ataques pessoais. Então, a diretoria trouxe essa pauta aqui para fazer uma orientação geral, que o grupo do WhatsApp, primeiramente não é o canal adequado de denúncias, podendo ser colocado lá algum tipo de denúncia urgente, porém que essa denúncia deve tramitar de acordo com o regimento interno, segundo deve manter-se a institucionalidade, cada um representando suas cadeiras, as suas pautas e colaborando uma entidade com a outra, como deve ser o conselho, as funções do conselho, evitando-se, portanto, distratos pessoais e ataques pessoais. É uma questão de organizar o grupo do WhatsApp com as suas finalidades. O presidente Nivaldo solicitou que todos sigam a normalidade, a discussão focada no campo da preservação do meio ambiente, que é o nosso objetivo, e que deixassem de lado as opiniões, tanto política quantos pessoais sobre qualquer conselheiro. Reforçou que participa de conselhos há mais de 40 anos e está vendo um desrespeito pessoal entre membros e isso não está agradando, no caso, como presidente. Não está agradando a opinião pública também que tem sido vazado informações do conselho para a opinião pública externa como conselheiros de baixa índole pessoal, moral, e isso daí tem afetado o conselho. Disse ainda: “Vocês me desculpem, mas isso é uma opinião própria minha como cidadão e gostaria que o conselho fosse mais focado para o desenvolvimento do meio ambiente”. Outro item que eu recebi também de demanda foi que os conselheiros têm se acusado, tem se ofendido. Então, cabe a cada um fazer a sua análise e caso se sentiu ofendido, que o conselho não é o caminho para atingir outras pessoas e que se for o caso, use as suas entidades e os seus caminhos próprios para obter ter o respeito próprio dentro de uma situação jurídica ou qualquer outra que sinta necessidade. Nada mais sendo tratado no tema.

   b) – Ofícios enviados: 007/2025 Fumas sobre quantidade de REURB ainda pendente; 008/2025 UGISP sobre quantidade de material reciclável coletado e porcentagem aproveitada, além do fundo de resíduos; 009/2025 Solicitação de Tombamento do IAC Jundiaí; Ofício n. 010/2025 DAE Jundiai intervenções Jundiai Mirim; Ofício n. 011/2025

Defesa Civil intervenções Jundiai Mirim; Ofício n. 012/2025 SMSP intervenções Jundiai Mirim.

O conselheiro Jean Michael fez uma observação, dizendo que o ofício de REURB foi encaminhado ao Diretor Clóvis, porém deveria ter sido direcionado ao Superintendente FUMAS com a finalidade da formalidade correta.

O conselheiro Battaglini fez uma ponderação à quantidade de procedimentos de REURB analisados pelo COMDEMA. Houve um questionamento pelo grupo de WhatsApp que o Comdema só aprova a regularização urbanística. Gostaria de dizer, e se eu estiver errado, podem me corrigir, esses processos estão vindo ao Comdema, porque naturalmente são demandas de procedimentos que correram na prefeitura, alguns por muitos anos, e há a necessidade de manifestação do Comdema para o desenvolvimento desses processos. Todos os processos que vêm via prefeitura, em tese, vão ser analisados pelo Comdema, o que pode parecer que a gente só está analisando processo de REURB, porque é o que está vindo da prefeitura e da FUMAS. Eu quero dizer com isso, também que não me agrada essa questão de regularização urbanística, que foi algo que nós combatemos aqui em Jundiaí por muitos anos e realmente causa uma série de problemas, mas nós não podemos deixar de atuar nos processos que são distribuídos ao Comdema. Por outro lado, nós como Comdema, eu também tenho insistido nisso, devemos fazer proposições para que os temas sejam encaminhados às câmaras técnicas, para que sejam avaliados, para que venham para a plenária e a plenária soberana possa decidir sobre assuntos que interessam a política ambiental do município e que a gente possa contribuir cada uma dentro das suas atribuições e aqui como Comdema para que o conselho possa cada vez mais prestar um serviço relevante para sociedade. A gente não tem como não ver os processos que são encaminhados pela prefeitura, porque até por questão legal, esses processos têm obrigação de tramitarem. E se a gente quer dar prioridade a outros assuntos, cada um de nós tem que apresentar os temas e os pareceres e as proposições para que o Comdema possa cumprir cada vez melhor o seu papel. Nivaldo reforçou dizendo que outra coisa importante, isso é uma obrigação legal, isso está no Plano Diretor, que o Comdema tem que ser ouvido para poder liberar o parecer ambiental para a regularização fundiária. Nada mais sendo tratado no tema.

Em atendimento a demanda do grupo de whatsapp solicitou aos conselheiros breve apresentação e entidade que representava, sendo dada a palavra a cada um para sua participação, com a finalidade de conhecimento mutuo entre os conselheiros.

3. Apresentação Vereador Henrique Parra sobre o resultado da Audiência Pública em prol do CEA-IAC aqui em Jundiaí.

Boa tarde, sou Henrique Parra, já participei também de alguns conselhos municipais. Hoje estou aqui como vereador, vim compartilhar com o conselho e agradeço desde já o convite. Vim compartilhar brevemente um extrato da audiência pública que a gente fez, que contou com a participação do conselho para discutir toda a questão que envolve o CEA-IAC hoje. Eu iria inicialmente compartilhar o extrato da audiência pública que a gente fez para discutir a questão do CEA-IAC, mas vou aproveitar, vou compartilhar agora o extrato de duas audiências que a gente fez nessa segunda-feira com a presença da Sâmia Bonfim, Deputada Federal, numa audiência pública oficial, da Comissão de Meio Ambiente do Congresso, uma audiência também para discutir a questão da Mata Ciliar. Então, na verdade, foram duas audiências, é um ciclo que discutem as duas áreas de um mesmo complexo agroecológico, os dois terrenos com funções ambientais parecidos também, que tem uma importância de amortecimento para Serra do Japi, similar, tem uma importância também na bacia do Rio Jundiaí e para a produção de água em Jundiaí também, parecidos. Essas duas audiências é porque, por motivos diferentes, as duas

áreas hoje têm uma pressão, tem uma ameaça na destinação delas, no caso do CEA-IAC a Lei que autoriza o leilão continua em vigor, continua válida e pela segunda vez o Governo do Estado se movimentou sinalizando o interesse de leiloar aquela área. No caso da Mata Ciliar, tem um processo na justiça e um pedido de despejo, de reintegração de posse por parte do aeroporto, então tem um risco também da perda daquela área e das atividades da Mata naquela área. São os dois pontos que hoje chamam muito atenção. Nas duas audiências, alguns encaminhamentos foram tirados que eu acho que vale a pena compartilhar com vocês. No caso do CEA-IAC, um dos encaminhamentos foi acelerar o processo de tombamento, o outro encaminhamento tirado foi de que o Governo Municipal solicite ao Governo do Estado a possibilidade de um campus avançado de alguma das universidades para potencializar aquele espaço como espaço de produção de pesquisa. Outro encaminhamento foi que a prefeitura também faça uma parceria com o IAC, estabeleça um convênio, para utilizar parte daquelas instalações que hoje não estão sendo utilizadas para que outras instituições de pesquisa e ensino da cidade possam criar laboratórios ou espaços ali, Instituto Federal, Fatec, Senai, enfim, a gente tem vários atores aqui já no município que poderiam se beneficiar de pesquisas consorciadas, de pesquisas conjuntas. A DAE, que fez uma manifestação, que a gente leu na audiência dizendo da preocupação e de como a DAE já tem investigado e está iniciando estudos sobre a possibilidade de que naquela área, eventualmente, a gente também tenha represamento e possa ser uma das futuras represas que Jundiaí vai ter que se organizar e vai ter que desenvolver. O Del Gelmo, superintendente da DAE, chegou a sinalizar que ali, aparentemente você poderia abastecer entre 25.000 e 30.000 pessoas. Então, o saldo geral da audiência, eu entendo assim, foi um amplo consenso de como essa área ela tem múltiplas funções e importância para Jundiaí e seria uma perda enorme que essa área fosse leiloada e tivesse usos muito menos nobres, com interesse muitas vezes só imobiliário ou interesse que não são dessa mesma ordem de grandeza que eu anunciei aqui.

O extrato da audiência da Mata Ciliar foi similar. O que teve de informações importantes nessa audiência é que já tem uma oferta de acordo na mesa, oficializada, para a Casa Civil do Governo do Estado, em que a Mata Ciliar toparia e ofereceu essa possibilidade de que a área requisitada pelo aeroporto nas mesmas dimensões, no mesmo tamanho, em vez de ser no meio da área onde hoje a Mata atua, porque essa área requisitada pelo aeroporto tem ali recintos de animais, sendo 1500 animais hoje na Mata ciliar, tem o centro cirúrgico que foi construído com recurso público inclusive, tem um centro de pesquisa, um laboratório inclusive com material genético, congelado e é o espaço onde foi feita a reprodução artificial em parceria com Cincinatti, é um complexo ali que custou milhões de reais, é uma infraestrutura muito difícil de você montar em outro lugar. Então, a Mata Ciliar tem uma oferta na mesa de que a mesma metragem seja utilizada pelo aeroporto, que a área do aeroporto também não é particular, também é uma concessão pública, na ponta do terreno, sem prejudicar nenhuma das atividades da Mata Ciliar. Assim, já tem uma oferta na mesa, já tem uma proposta na mesa, bastaria o aeroporto topar, ter bom senso, eu diria, e topar, porque o objetivo expresso pelo aeroporto é de atividades comerciais para ter verbas complementares, ou seja, é uma atividade que poderia ser feita na ponta do terreno, não teria problema, pelo contrário, até melhor, já que na ponta do terreno são duas avenidas, então teria até vantagens, a meu ver, essa foi uma das propostas. A outra foi de igualar o zoneamento daquela área com o zoneamento do CEA-IAC, que hoje é uma ZEPAM, também é um encaminhamento de que seja feita essa reclassificação, já que a área hoje é uma zona industrial, onde a Mata Ciliar está desenvolvendo as suas atividades, não é condizente com os usos, nem com as características do terreno hoje em dia, quem já visitou lá viu a recomposição de mata nativa que foi feita. E um terceiro encaminhamento que saiu da audiência foi uma diligência conjunta de membros da Comissão do Meio Ambiente e do Congresso, deputados e deputadas federais e membros

da Frente Parlamentar de Meio Ambiente da ALESP, deputados e deputadas estaduais. Então vai tirar uma data para essa diligência, juntando deputados estaduais e federais para visitar a área da mata, área do aeroporto e a prefeitura, porque tanto a Frente Parlamentar na ALESP quanto a Comissão de Meio Ambiente do Congresso estão preocupados com esse tema, já que o tanto o IBAMA quanto a Polícia Ambiental do Estado de São Paulo já se manifestaram contrárias a qualquer prejuízo da das atividades da Mata Ciliar e demonstraram, como se a Mata Ciliar não continuar as atividades, como os serviços da Polícia Ambiental e do e do IBAMA vão ser afetados, já que hoje eles esses dois órgãos eles atuam junto com a Mata Ciliar, que atende esses dois órgãos em muitas situações. Então, compartilhando os dois extratos das duas audiências com o Comdema.

O conselheiro Pedro Pontes fez um agradecimento em nome da comunidade técnico científica do Centro de Engenharia do Instituto Agronômico, a iniciativa e a atenção do vereador Henrique Parra do Cardume, cujo mandato mostrou uma diferença em relação às recentes legislaturas anteriores. Informou que depois da audiência ainda não houve novidades, em relação às atitudes do governo, mesmo porque o Tribunal de Justiça suspendeu o processo de venda ou de leilão, solicitando maiores estudos. Então acho que a atitude dele também do Comdema, do nosso presidente, que encaminhou ofício, outros apoios que nós obtivemos, parece que por enquanto estão fazendo algum efeito. O presidente Nivaldo agradeceu ao vereador Henrique pela sua exposição e pelo seu trabalho e informou que as portas do Comdema estão sempre abertas para a Câmara Municipal se posicionar nas questões de meio ambiente. Relembrou que o Comdema participou da estratégia de transformar a área do CEA-IAC em área rural e incorporar no polígono da Serra, que é uma ação importante para poder bloquear qualquer evento de privatização e de uso indevido para a área, porque aquela lá é uma área muito importante para o corredor Ave Fauna e o paisagístico, interligando toda a área do futuro parque do Rio Jundiaí com a Serra do Japi.

O Fábio Pereira agradeceu ao vereador, por prestigiar o conselho, citou que faz tempo, e não se lembra a última vez que nós tivemos um vereador na nossa reunião, então é muito bom essa aproximação para gente poder também externalizar muitas informações que a gente acaba não conseguindo trazer a público aqui nas nossas reuniões. Trouxe dois elementos, um deles é a maior área de contaminação industrial da cidade de Jundiaí fica localizada exatamente ali no território do CEA-IAC, é uma contaminação da década de 80 da antiga Akzo Nobel, inclusive uma das mais perigosas que a gente já teve aqui na nossa região, porque são elementos inorgânicos cancerígenos que constituem essa contaminação. Este processo é público, está no site da CETESB, infelizmente não como antigamente, quando a gente conseguia visualizar a pluma, que é a extensão da contaminação ao longo dessa unidade fabril, mas eu lembro que era uma das maiores que eu já vi. Então sim, essa pluma de contaminação ela entra na área do CEA-IAC, se não área toda, em boa parte do da área, fica a sugestão para tentar verificar. Existe o número desse processo, porém não lembro aqui de cabeça, mas ele está no site da CETESB de áreas contaminadas. Essa área está em remediação, mesmo que no caso só averbação da contaminação vá para a fonte poluidora, que no caso é a unidade industrial da antiga Akzo Nobel, hoje tem um outro nome, a Nouryon, se eu não me engano. É possível estender, caracterizado a contaminação desse solo, eu entendo que pode ser avaliada a possibilidade de estender averbação para as matrículas que compõe as áreas do CEA-IAC e ter mais um elemento para a preservação daquela região, daquele local por todos os outros inúmeros argumentos que a gente nem deveria estar aqui discutindo agora, porque são bem contundentes, frente à realidade ambiental de Jundiaí. E se existe também relevância hídrica, como o vereador disse que o DAE informou, eu particularmente tenho muita curiosidade para ver esses estudos hídricos do DAE, que até hoje eles não vieram a público para gente, mas se existe ainda assim potencial de

abastecimento público, mesmo que numa escala menor, mas a gente tá precisando de tudo, eu acho que a gente já tem elementos suficientes para evitar o leilão, primeiro para tentar que essa área perca valor de mercado, se ela tiver caracterizada como um passivo ambiental, depois que ela exatamente por isso precisa ser preservada e além disso, totalmente reflorestada, porque existe espaços para serem reflorestados lá dentro do CEA-IAC. Acho que o Pedro depois pode confirmar que existem áreas que ainda podem ser reflorestadas lá dentro. Então é isso, é a contribuição que eu tenho e se o vereador julgar interessante, eu sugiro que que vá atrás desse elemento para ver se ele pode ser mais um elemento para nossa luta de proteção do CEA-IAC e da Mata Ciliar.

Henrique Parra agradeceu ao Fábio e ao Nivaldo pelas contribuições, informou que anotou os dois pontos ressaltados pra incorporar aos trabalhos.

4. **Câmara Técnica de Uso e Ocupação do Solo (CTUOS):**

   a) **Parecer sobre o processo FUMAS 120/2024 Regularização Fundiária** - O conselheiro Vitor Martins fez a leitura do parecer. **Colocado em votação foi aprovado por unanimidade.**

5. **Câmara Técnica do Fundo Municipal de Conservação da Qualidade Ambiental (CTFMCQA):**

   a) **Parecer sobre solicitação de uso do Fundo Ambiental, quanto a projetos de educação ambiental apresentados pela UGE.** O conselheiro Battaglini fez a leitura do parecer e observou que foram encaminhados três projetos, sendo que o que demanda uma atuação mais urgente do Comdema é em relação ao transporte para a continuidade do projeto de educação ambiental, fiz ponderações aí sobre a necessidade de estar inserido no orçamento. Foram apresentadas justificativas, o porquê isso não está no orçamento, em razão de ter sido previsto na gestão passada, e para não descontinuar esse trabalho, nós na Câmara Técnica do Fundo entendemos em liberar nesse momento, por isso parecer apenas do uso dessa verba para fins de transporte voltado à educação ambiental na Serra do Japi, sem prejuízo dos procedimentos específicos, administrativos, que vão ser feitos sobre a responsabilidade da Unidade de Gestão de Educação. Os outros dois projetos, embora eu pessoalmente tenha dúvida em relação a um deles, nós indicamos como possível, mas gostaríamos que isso voltasse à Unidade de Gestão de Planejamento e Meio Ambiente para as análises técnicas, para a formação de um expediente para que depois retorne ao Comdema para uma análise novamente dos pedidos formulados. Então, dos três pedidos, a gente aprovaria por esse parecer apenas um deles e os outros dois vão ser instruídos melhor e depois avaliados novamente pelo Comdema, esse é o parecer da CT para análise do da plenária. O conselheiro Jean Michael apresentou uma dúvida sobre a classificação de onde vai sair o dinheiro. Questionou sobre a revogação da norma do fundo. Battaglini informou que houve uma Lei municipal que revogou essa legislação que tratava do fundo ambiental, sem atentarem para esse detalhe. A diretoria da UGPUMA já nos informou aqui, através do Guilherme, que estão trabalhando aí num regime de urgência para repristinar, para voltar a valer a Lei do Fundo Ambiental. O conselheiro Wagner, corroborou com a informação. **O parecer foi colocado em votação sendo aprovado por unanimidade.**

6. **Outros assuntos** – O presidente Nivaldo gostaria de votar em plenário se alguém é contra as duas moções que foram feitas pelo Comdema para o presidente do Congresso e da Câmara de Deputados. Foi aprovado por unanimidade.

   Outro item que o presidente colocou em votação foi o ofício de tombamento da área do CEA-IAC e da Mata Ciliar para transformar as duas áreas em área rural e incorporar ao polígono da Serra do Japi, da Lei Complementar 417/04. Perguntou se algum conselheiro é contra o ofício. Foi aprovado por unanimidade.

   Em atenção a uma série de pedidos no grupo de whatsapp do Comdema, o presidente colocou em votação o formato de reunião do conselho, sendo 3 opções: 1 – virtual, 2 – hibrida (parte dos conselheiros presencialmente e os demais em ambiente virtual), 3 – presencial. Houve 18 votos dos conselheiros presentes na reunião, sendo 9 para a opção 1 e 9 para a opção 2, cabendo ao presidente o voto de desempate. O presidente informou que as reuniões permaneceriam virtuais até o final do mandato, uma vez que chegaram até a 18ª RO desta forma.

   Foi solicitado pelo presidente envio de ofício a Diretoria de Conselhos para iniciar as providencias para as eleições do próximo mandato do COMDEMA.

   O presidente informou que o Comdema foi convidado a ser homenageado no evento de aniversário da Defesa Civil dia 13/06/2025 as 10h no auditório do Unianchieta e que estava estendendo o convite a todos os conselheiros.

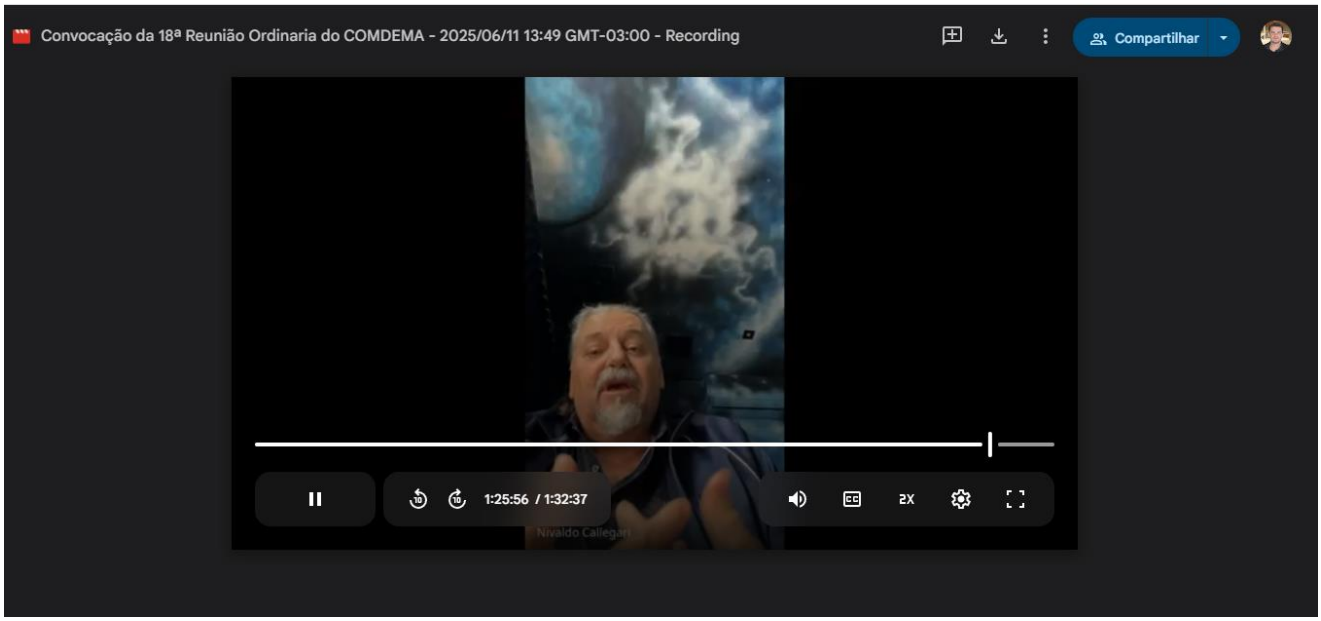
   O conselheiro Vitor Martins informou que devido sua mudança de setor dentro da UGPUMA estaria assumindo novas atividades e deixará a participação no Comdema a partir desta reunião e informou que a Eng. Maria Helena, passará a representar o Departamento de Meio Ambiente no conselho em seu lugar, após a publicação de nova portaria, até lá a conselheira Joana estará representando a cadeira. Diversos conselheiros agradeceram a participação, dedicação e contribuição do Eng. Vitor Martins ao conselho nestes vários anos.

   O primeiro secretário Wagner de Paiva, lavrou a presente ata que leva como anexo a lista de presença.

Jundiaí, 11 de junho de 2025.

Wagner de Paiva
1º Secretário COMDEMA 2023-2025

Nivaldo Callegari
Presidente COMDEMA 2023-2025


Convocação da 18ª Reunião Ordinaria do COMDEMA - 2025/06/11 13:49 GMT-03:00 - Recording
Compartilhar
1:25:56 / 1:32:37
2X
Nivaldo Callegari